



Faculdade de Direito da UFMG

Colegiado de Graduação em Direito

Versão Curricular: 2022/2

Departamento: Direito Público - DIP

Nome da Disciplina: Tópicos em Direito Constitucional C - O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E REFLEXIVA PERPASSANDO SEU FUNCIONAMENTO PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988.

Código: DIP056

Tipo: Optativa

Carga Horária Total: 30h/a **Créditos:** 2

Pré-requisitos/Conhecimentos prévios:
Constitucional I

Número de Vagas: 30

Ementa: O CURSO VISA ANALISAR O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E REFLEXIVA PERPASSANDO SEU FUNCIONAMENTO PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988. A ANÁLISE PARTE DE UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA, HERMENEÚTICA E COMPORTAMENTAL DOS MINISTROS E DOS PRINCIPAIS JULGADOS BEM COMO DA RELAÇÃO INTERNA NA CORTE E EXTERNA COM OS OUTROS PODERES E A OPINIÃO PÚBLICA.

Bibliografia Básica:

MENDES, Conrado Hübner. “O projeto de uma corte deliberativa”. In: Vojvodic, Adriana et al. (Orgs.). *Jurisdição constitucional no Brasil*. São Paulo: Malheiros, 2012.

SILVA, Virgílio Afonso da. “Do We Deliberate? If So, How?”. *European Journal of Legal Studies*, v. 9, n. 2, pp. 209–240, 2017.

SILVA, Virgílio Afonso da. “O relator dá voz ao STF? Uma réplica a Almeida e Bogossian”. *Revista Estudos Institucionais*, v. 2, n. 2, pp. 648– 669, 2016.

GOMES, Juliana Cesario Alvim; WERNECK ARGUELHES, Diego; NOGUEIRA, Rafaela. Gênero e Comportamento Judicial no Supremo Tribunal Federal: os ministros confiam menos em relatoras mulheres?. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 8, p. 855-876, 2018.

MENDES, Conrado Hübner: *Constitutional Courts and Deliberative Democracy*. Oxford University Press. 2013. Chapter 6.

OLIVEIRA, Fabiana. “Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: como votam seus ministros”.

MARONA, Marjorie Corrêa; DEL RÍO, Andrés (orgs.). *Justiça no Brasil às margens da democracia*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, pp. 251-274.

SILVA, Virgílio Afonso da. “De quem divergem os divergentes? Os votos vencidos no Supremo Tribunal”. *Direito, Estado e Sociedade*, 47: 205-225, 2015.

FERREIRA, Pedro; MUELLER, Bernardo. “How judges think in the Brazilian Supreme Court: Estimating ideal points and identifying dimensions”. *Economia*, 15, pp. 275-293, 2014).

VOJVODIC, Adriana; MACHADO, Ana Mara; CARDOSO, Evorah Luci Costa. “Escrevendo um romance, primeiro capítulo: processo decisório e precedentes no Supremo Tribunal Federal”. *Direito GV*, v. 5, n. 1, 2009, pp. 21–44.

LEAL, Fernando. A Constituição diz o que eu digo que ela diz?: Formalismo inconsistente e textualismo oscilante no Direito Constitucional brasileiro. *Direitos Fundamentais & Justiça*, v. 39, 2018, pp. 99-143.

Guilherme Forma Klafke; Bruna Romano Pretzel PROCESSO DECISÓRIO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: aprofundando o diagnóstico das onze ilhas. *Revista de Estudos Empíricos em Direito Brazilian Journal of Empirical Legal Studies* vol. 1, n. 1, jan 2014, p. 89-104.

ESTEVES, Luiz Fernando Gomes. “A Tentativa de pautar o Supremo”. In: FALCÃO, Joaquim; PEREIRA, Thomaz; AR-GUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe Recondo. (org.). *O Supremo Tribunal Criminal: O Supremo em 2017*. Belo Horizonte: Casa do Direito: Letramento, 2018, pp. 83-86.

GOMES, Juliana Cesario Alvim. Cancelas invisíveis: “Embargos auriculares”, legitimidade ativa e a permeabilidade social seletiva do Supremo Tribunal Federal. *Revista Estudos Institucionais*, v. 6, n.1, jan/abr 2020, pp. 55-82.

José Mário Wanderley Gomes Neto; Flávia Danielle Santiago Lima. Das 11 ilhas ao centro do arquipélago: os superpoderes do Presidente do STF durante o recesso judicial e férias. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. UNICEUB, Volume 8 nº 2. Agosto de 2018.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ministrocracia: o Supremo Tribunal Individual no processo democrático brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 37, n. 1, p. 13-32, jan./abr. 2018.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. O Supremo Individual: mecanismos de atuação direta dos Ministros sobre o processo político *Direito, Estado e Sociedade* n.46 jan/jun 2015.

LOPES, Felipe de Mendonça. Television and Judicial Behavior: Lessons from the Brazilian Supreme Court. *Economic Analysis of Law Review*, 9, 1: 41-71, 2018.

OLIVEIRA, Fabiana. Judiciário e política no Brasil contemporâneo: um retrato do Supremo Tribunal Federal a partir da cobertura do jornal Folha de S. Paulo. *Dados*, 60, 4, 2017, pp. 937-975.

LEAL, Fernando A. R.; HERDY, Rachel; MASSADAS, Julia . Uma década de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal (2007-2017). *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 5, p. 331-372, 2018.

SOMBRA Thiago. “Supremo Tribunal Federal representativo? O impacto das audiências públicas na deliberação”. *Revista Direito GV*, 13, 1, 2017, 236-273.

MARONA, M. C.; ROCHA, M. Para democratizar a jurisdição constitucional brasileira: analisando as audiências públicas no Supremo Tribunal Federal. *Revista de Sociologia e Política*, v. 01, p. 131-156, 2017.

VERONESE, Alexandre; CIPRINAO, Najara; GONÇALVES, Nicolle; OLIVEIRA, Paloma. Vida de assessor: as funções de assessoria jurídica em tribunais superiores no Brasil e nos Estados Unidos em perspectiva comparada. *Contemporânea*, 7, 2, 2017, pp. 365-390.

- DAVID, Raphaela Borges. Decisão Jurídica e Governabilidade no diálogo entre Judiciário e Executivo. Tese de Doutorado. PPGD-UFMG, 2018.
- ARANTES, Rogério B.; COUTO, Cláudio G. 1988:2018: Trinta anos de constitucionalização permanente. In: Naércio Menezes Filho; Andre Portela Sousa. (Org.). A Carta. Para entender a Constituição brasileira. 1ed.São Paulo: Todavia, 2019, v. 1, p. 13-52.
- ARGUELHES, Diego Werneck Poder não é querer: preferências restritivas e redesenho institucional no Supremo Tribunal Federal pós-democratização. DOI: 10.5102/unijus. V25i1.2885
- KOZICKI, Katya. ARAÚJO, Eduardo Borges. Um Contraponto Fraco a um Modelo Forte: o Supremo Tribunal Federal, a última palavra e o diálogo. Sequência (Florianópolis), n. 71, p. 107-132, dez. 2015.
- LEAL, Fernando A. R. Três desafios à aplicação da metáfora dos "diálogos institucionais" para a legitimação da jurisdição constitucional. In: Bolonha, Carlos; Oliveira, Fábio Corrêa Souza de; Almeida, Maíra; Luz Segundo, Elpídio Paiva. (Org.). 30 anos da Constituição Federal de 1988: uma jornada democrática inacabada. Fórum, 2019, v. 1, p. 377-388.
- Christine Bateup. The Dialogic Promise: Assessing the Normative Potential of Theories of Constitutional Dialogue. Brooklyn Law Review. Volume 71 Issue 3. (Texto complementar)
- CHUERI, Vera Karan; CASTILHO DE MACEDO, José Arthur; Teorias Constitucionais Progressistas, Backlash e Vaquejada. Sequência (Florianópolis), n. 80, p. 123-150, dez. 2018
- CAMPOS MELLO, Patrícia Perrone. Quando julgar se torna um espetáculo: a interação entre o Supremo Tribunal Federal e a opinião pública, a partir de reflexões da literatura estrangeira. UNICEUBE, Volume 14 nº 1, 2017.
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves Fernandes; DANTAS, Ingrid Cunha. Constitucionalismo Democrático: entre as Teorias Populares do Constitucionalismo e um novo aporte do papel das Cortes na Democracia. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO – UFPR. CURITIBA, VOL. 64, N. 2, MAIO/AGO. 2019, P. 61 – 88.
- MADEIRA, Ligia Mori. STF como ator político no Brasil: o papel do tribunal no julgamento de ações de políticas sociais entre 2003 e 2013. Revista Debates (UFRGS), v. 8, p. 35-56, 2014.
- PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; GONCALVES, Gabriel Accioly . Inconstitucionalidade sistêmica e multidimensional: transformações no diagnóstico das violações à Constituição. Jurispoiesis. v. 18, p. 130-159, 2015.
- FONTAINHA, Fernando de Castro; JORGE, Thiago Filippo Silva ; SATO, Leonardo Seiichi Sasada . Os três poderes da elite jurídica: a trajetória político-partidária dos ministros do STF (1988-2013). Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 49, p. 93-131, 2018.
- FONTAINHA, Fernando de Castro; NUÑEZ, Izabel Saenger ; OTERO, VERONICA BEVILÁQUA . O lugar das elites jurídicas: o deslocamento territorial dos ministros do STF (1988-2013). CONTEMPORÂNEA. REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCAR, v. 7, p. 341-364, 2017.
- ALMEIDA, Fábio Ferraz de; FONTAINHA, Fernando de Castro ; SANTOS, Gabriela Maciel . Produzindo elites jurídicas: prêmios, comendas e distinções dos ministros do STF (1988-2013). CADERNOS ADENAUER (SÃO PAULO), v. 18, p. 149-171, 2017.
- SANTOS, André Marengo; DA ROS, Luciano. “Caminhos que levam à corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do poder judiciário brasileiro (1829-2006)”. Revista de Sociologia e Política, 16, 30, pp. 131-149, 2008.

Jefrey A. Segal; Harold J. Spaeth. *Saffing The Court. The Supreme Court. And the Attitudinal Model Revisited.* (Texto Complementar)

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Preferências, Estratégias e Motivações: Pressupostos institucionais de teorias sobre comportamento judicial e sua transposição para o caso brasileiro. *Revista Direito e Práxis* Vol. 4, n. 7, 2013, pp. 85-121.

CAMPOS MELO, PERRONE, Patrícia. "A vida como ela é": comportamento estratégico nas cortes. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. Volume n 08 nº2 Agosto de 2018.

FRIEDMAN, Barry. The Politics of Judicial review. *Texas Law Review*. Volume 84, Number 2, December, 2005. (Texto Complementar)

Bibliografia Complementar:

SUNSTEIN, Cass R. *One Case At a Time: judicial minimalism on the Supreme Court*. Cambridge: Harvard University, 1999.

_____. *Legal Reasoning and Political Conflict*. New York: Oxford University Press, 1996.

TUSHNET, Mark. *Taking the constitution away from the courts*. Princeton. New Jersey, 1999.

WALDRON, Jeremy. The Core the Case Against Judicial Review, *In Yale Law Journal*, v. 115, nº 6, 2006.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves; QUINAUD PEDRON, Flávio. Poder judiciário e(m) crise: reflexões de teoria da constituição e teoria geral do processo sobre o acesso à justiça e as recentes reformas do poder judiciário à luz de: Ronald Dworkin, Klaus Günther e Jürgen Habermas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

ELY, John Hart. *Democracy and distrust: a theory of judicial review*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

ALEXY, Robert. *El concepto y la validez del derecho*. 2. ed. Trad. Jorge M. Seña. Barcelona: Gedisa, 1997.

_____. *Teoría de los derechos fundamentales*. Trad. Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Justice in Robes*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

_____. *A Justiça de Toga*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *Justice for Hedgehogs*. Cambridge-MA. The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

RODRIGUES, Leda Boechat, *História do Supremo Tribunal Federal, Volume I, Tomo,.* Ed.Civilização Brasileira.